

AVALIAÇÃO DOCENTE E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Julliano Cruz de Oliveira¹
Laura Franch Schmidt da Silva²

RESUMO

O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Teologia, Área de Concentração: Teologia Prática, Linha de Pesquisa Educação Comunitária com Infância e Juventude, da Faculdades EST. Consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental a partir da seleção de livros e artigos de autores e autoras da área educacional e de ensino, a exemplo de Maurice Tardif, Selma Garrido Pimenta, Léa das Graças Camargos Anastasiou, José Dias Sobrinho e Celso Vasconcellos para a sustentação teórica. Realizou-se uma reflexão a respeito dos resultados apresentados no relatório de avaliação institucional apresentado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE), a respeito da prática docente em relação à aprendizagem dos estudantes. Constatou-se a necessidade de uma institucionalização e fortalecimento dos programas de formação pedagógica para os docentes a fim de contemplar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão nas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, Docência, Ensino-aprendizagem, Educação Profissional e Tecnológica.

INTRODUÇÃO

Para a realização da prática pedagógica, os saberes da formação profissional do docente devem se articular com os saberes disciplinares e curriculares que foram elaborados a partir da tradição cultural e do conhecimento construído pelos grupos sociais, ou seja, as matérias, os conteúdos ensinados na escola ou nos cursos de formação profissional, por exemplo, e os programas escolares com objetivos, conteúdos e métodos a serem aplicados (TARDIF, 2014).

Somam-se a esses saberes, os experienciais que são desenvolvidos a partir da prática profissional docente que incorpora experiência individual e coletiva ao trabalho cotidiano. Assim, Maurice Tardif (2014) afirma que:

o professor ideal é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos. (TARDIF, 2014, p. 39)

¹ Mestre em Teologia pela Faculdades EST. Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* Morada Nova. E-mail: <julliano.cruz@ifce.edu.br>;

² Professora orientadora: Doutora em Teologia pelo Instituto Ecumênico de Pós-graduação. Docente do Mestrado Profissional em Teologia da Faculdades EST. E-mail: <laura.ed.mus@gmail.com>.

Neste contexto, o foco deste trabalho é analisar os resultados apresentados no relatório de avaliação institucional apresentado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE), a respeito da prática docente em relação à aprendizagem dos estudantes.

METODOLOGIA

Para Antonio Carlos Gil (2010, p 30), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigado a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”.

Segundo Marconi e Lakatos (2014, p. 43) “a pesquisa pode ser considerada um procedimento forma com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Nesta perspectiva, o presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica a partir da seleção de autores e autoras da área de Educação e especificamente da Educação Profissional e Tecnológica, a exemplo de Paulo Freire, Maurice Tardif, Selma Garrido Pimenta, Léa das Graças Camargos Anastasiou e Lucília Regina de Souza Machado, e documental, através do estudo e análise dos resultados das avaliações institucionais, da legislação específica, e outros documentos institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

AValiação INSTITUCIONAL NO IFCE

A avaliação institucional é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que foi criado pela lei 10.861 de 14 de abril de 2004. O objetivo do SINAES é “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004) e tem como uma das suas finalidades a melhoria da qualidade do ensino superior.

Neste sentido, a avaliação institucional divide-se em duas modalidades, autoavaliação e avaliação externa, ambas servem de referência nos processos de regulação e supervisão da educação superior. Para esta pesquisa será utilizado para análise e reflexões o Relatório de Autoavaliação Institucional 2018 do IFCE.

Os procedimentos da autoavaliação no IFCE são coordenados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) cujo trabalho é pautado na perspectiva de articulação entre o processo avaliativo e o processo de gestão e planejamento, tendo em vista o impacto do processo avaliativo nas ações cotidianas do fazer acadêmico e administrativo.

Para isso, a CPA garantiu a participação de todos os segmentos que fazem a instituição: discentes, servidores e servidoras docentes e técnico-administrativos/as, a fim de que os resultados de cada segmento e a análise dos dados possibilitassem um diagnóstico da situação atual do IFCE.

De acordo com o pensamento de Dias Sobrinho (2008):

A avaliação não se completa em índices e escalas comparativos. Ela se torna plenamente significativa quando interroga a respeito dos significados e valores, pergunta pelas causas e pelas possibilidades de superação dos problemas, investe em programas e projeta futuros a serem construídos. Como controle e hierarquização, a avaliação prioriza as fórmulas estatísticas e tende a encerrar os questionamentos e reflexões. Como processo participativo e social de reflexão e comunicação, a avaliação não fecha as interpretações e a construção de novas significações. Mais implica, isto é, abre renovados sentidos, que explica em termos indiscutíveis. (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 824)

Dessa forma, é pertinente reforçar a concepção do IFCE em relação à avaliação institucional como instrumento que fundamenta as tomadas de decisões, na busca constante da qualidade do ensino. Para que isso aconteça, esse processo avaliativo é fortalecido através da participação de todos os cursos ofertados pela instituição, técnicos e superiores, indo além do que preconiza a lei do SINAES.

Para esse estudo, os aspectos analisados no relatório serão os dados coletados e informações pertinentes presentes nos eixos e dimensões institucionais que possibilitem uma avaliação do efeito da formação pedagógica docente que resulte em um ensino de excelência e uma aprendizagem significativa. Ou seja, foram selecionadas as perguntas respondidas por estudantes e docentes que repercutem no trabalho do professor e da professora.

AValiação Docente: Relatório da CPA

Neste trabalho, focaremos no eixo “Políticas Acadêmicas”, algumas questões respondidas na dimensão “Políticas para Ensino, a Pesquisa e a Extensão”. Nessa dimensão as questões propostas têm como objetivos identificar a relação entre a concepção e prática do currículo e organização didático-pedagógica, averiguar a relação entre ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, dentre outros.

Outro eixo a ser estudado será o de “Políticas de Gestão”, na dimensão de “Políticas de Pessoal”, cujo objetivo é de identificar se os programas de qualificação propostos estão em consonância com os objetivos da instituição, além de investigar sobre o clima institucional, destacando grau de satisfação profissional.

Para compreendermos os resultados faz-se necessário entender que, para a análise das respostas coletadas, a CPA consolidou os níveis de satisfação associados a cada pergunta para que pudessem ser reveladas as áreas menos assistidas em relação às políticas institucionais.

Dessa forma, explica-se que:

Os níveis de satisfação foram definidos de acordo com as opções disponíveis para as respostas dos questionários. Na metodologia proposta, foi definido que: (i) o nível de satisfação era alto quando os respondentes selecionavam as opções “Sim” e “Sempre”; (ii) o nível de satisfação era médio quando os respondentes selecionavam a opção “Frequentemente”; e (iii) o nível de satisfação era baixo quando os respondentes selecionaram a opção “Não”, “Raramente”, “Nunca”. (IFCE, 2018, p. 17)

A partir dos níveis de satisfação, realizou-se uma nova categorização dos resultados usando como referência o percentual de nível de satisfação alto, com o objetivo de se encontrar um conceito final e único para o aspecto avaliado, considerando cada segmento de público.

Caso o percentual de respostas que apontavam para um nível de satisfação alto estivesse entre 0 e 49.99%, o resultado da avaliação teria o conceito de “fragilidade”. Caso esse percentual estivesse entre 50 e 69.99% o conceito seria de “avaliação mediana” e se o percentual fosse maior que 70%, o resultado final por segmento apontaria para uma “potencialidade”.

O quadro a seguir mostra o resultado apenas das questões que foram selecionadas para embasar o estudo desse artigo, ou seja, as perguntas que envolvem a atividade docente, as metodologias utilizadas no ensino, avaliação da aprendizagem, e outros elementos presentes na prática pedagógica.

Quadro 1: Resultados da dimensão Políticas para Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O currículo do Instituto visa à formação do cidadão crítico e participativo. Você considera que a prática docente contribui para a efetividade desse currículo?	Fragilidade 46%	Fragilidade 46%	Não se aplica	Fragilidade

A reflexão e a pesquisa são estratégias de aprendizagem capazes de estimular o autodesenvolvimento do educando. Essas estratégias estão presentes no método de ensino dos professores?	Fragilidade 27%	Fragilidade 41%	Não se aplica	Fragilidade
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Essas práticas são observadas pelos docentes?	Fragilidade 42%	Fragilidade 37%	Não se aplica	Fragilidade
Você considera que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas de maneira articulada no seu campus?	Fragilidade 47%	Fragilidade 27%	Fragilidade 16%	Fragilidade
Coerência das atividades pedagógicas com a metodologia implantada no curso:	Não se aplica	Potencialidade 76%	Não se aplica	Potencialidade
Articulação da teoria com a prática:	Não se aplica	Potencialidade 73%	Não se aplica	Potencialidade
A atuação do (as) professores (as) em relação ao ensino:	Não se aplica	Potencialidade 85%	Não se aplica	Potencialidade
O campus desenvolve práticas que estimulam a formação continuada do docente	Potencialidade 72%	Não se aplica	Não se aplica	Potencialidade
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. A sua prática avaliativa em sala de aula observa esse aspecto?	Potencialidade 95%	Não se aplica	Não se aplica	Potencialidade

Fonte: Relatório de autoavaliação institucional do IFCE 2018.

Para o entendimento desses dados, principalmente no que se refere à coluna “Resultado Final”, é pertinente compreender que na metodologia proposta pela CPA, uma fragilidade anula uma potencialidade. Assim, se explica que:

Quando somente dois segmentos de público estão envolvidos e um dos segmentos aponta para uma *fragilidade* e o outro para uma *potencialidade*, diz-se então haver uma *controvérsia*. Uma *avaliação mediana* combinada com uma *potencialidade* ou *fragilidade* transforma o conceito em *tendência de potencialidade* ou *tendência de fragilidade*, respectivamente. (IFCE, 2018, p. 18)

Quando os três segmentos (docentes, discentes e técnico-administrativos/as) estiverem envolvidos, considerando que uma fragilidade anula uma potencialidade, prevalecerá o resultado da avaliação do terceiro segmento de público considerado. Em resumo, para o relatório de avaliação o que interessa predominantemente são as potencialidades e fragilidades.

Neste contexto, a CPA aponta em seu relatório que:

No âmbito das políticas acadêmicas, o resultado da avaliação, apresenta de forma significativa, “Fragilidades ou Tendências de fragilidades” embora “Potencialidades” também tenham sido destaque. Dessa forma, continua a recomendação de avaliação desses itens, no âmbito da execução das ações relacionadas a cada um deles, pelo *campus* e pela gestão central do IFCE, assim como a necessidade de haver proposição de ações que visem à melhoria contínua dos indicadores de fragilidades e que fortaleçam os indicadores que estão satisfatórios. É válido destacar que, nas manifestações dos estudantes feitas no instrumento avaliativo, precisamente no campo destinado às considerações dos respondentes, foi observado o reconhecimento do segmento discente aos professores. Houve observações satisfatórias. Todavia, de forma significativa, foram identificadas críticas e sugestões a respeito de aspectos que envolvem a postura e didática do corpo docente, a saber: metodologia de ensino, relação interpessoal, sensibilidade, atenção a alunos com dificuldade de aprendizagem, entre outros. (IFCE, 2018, p. 24)

Na dimensão das Políticas de Pessoal é importante destacar que apenas os servidores e as servidoras responderam às questões. Destacam-se os seguintes resultados:

Quadro 2: Resultados da dimensão: Políticas de Pessoal

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
A política de capacitação tem viabilizado o acesso à participação em curso e eventos condizentes com o seu cargo?	Fragilidade 17%	Não se aplica	Fragilidade 15%	Fragilidade
Você se sente valorizado no IFCE?	Fragilidade 28%	Não se aplica	Fragilidade 23%	Fragilidade

Fonte: Relatório de autoavaliação institucional do IFCE 2018.

Observa-se que os resultados das duas questões selecionadas apontam para uma “fragilidade”, neste sentido:

recomenda-se que estratégias de planejamento e acompanhamento de ações que envolvam relações interpessoais, as condições de trabalho dos profissionais, valorização profissional, os investimentos em capacitação sejam sistematicamente inseridos no planejamento da gestão entre outros, com a finalidade de melhorar a qualidade das políticas de pessoal. (IFCE, 2018, p. 26)

A partir dos resultados apontados podem-se inferir algumas conclusões a respeito da necessidade de uma política de formação pedagógica continuada ou de fortalecimento das ações já propostas na instituição.

A prática docente precisa ser discutida e repensada, tendo em vista que esta aponta fragilidade no sentido de que a proposta curricular do IFCE, que tem como pauta a formação do/da estudante crítico/a e participativo/a, não está sendo efetivada a contento.

Corroborando com essa afirmação, outro aspecto também é apontado como frágil: a metodologia de ensino dos/das docentes, em sua maioria, não está baseada na pesquisa e na reflexão, o que dificulta o autodesenvolvimento do/da educando/a. Complementa-se afirmando que as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem ser desenvolvidas de forma mais articuladas.

Interessante destacar os aspectos considerados como potencialidades. Na perspectiva dos/das estudantes há coerência entre as atividades pedagógicas com a metodologia do curso em que está matriculado, consideram ainda que há uma articulação entre a teoria e a prática, avaliando como positiva a atuação dos professores e das professoras em relação ao ensino. Neste sentido, nota-se um reconhecimento do trabalho docente.

Na avaliação feita por docentes a respeito das políticas de capacitação, estes e estas apontam que as práticas desenvolvidas pela gestão dos *campi* estimulam a formação continuada docente, por outro lado, a viabilidade para participar dos cursos e eventos condizentes com seus cargos é considerada uma fragilidade.

Conforme o pensamento de Sobrinho (2008) é necessário considerar que:

A profissão docente não se reduz a treinamento de estudantes para bons desempenhos em provas e exames. A docência tem a ver com profissionalização e cidadania, isto é, produção e socialização de conhecimentos e formação de sujeitos que possam contribuir para a elevação material e cultural da sociedade. (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 824)

O professor Celso Vasconcellos (2013) entende que:

É preciso investir prioritariamente na formação permanente e em serviço do professor, para que possa ter melhor compreensão do processo educacional, postura e métodos de trabalho mais apropriados. O trabalho coletivo constante é uma estratégia decisiva para isto. (VASCONCELLOS, 2013, p. 123)

Dessa forma é preciso abrir mais espaços para a discussão e formação no próprio *campus* que o docente leciona, pois se vê a valorização por parte dos professores e das professoras desses momentos em grupo, possibilitando a troca de experiências e a construção de novas práticas. Além disso, é importante fortalecer a política de capacitação para que o/a docente se sinta mais valorizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se depreende de todas essas considerações é que docentes e gestores da instituição precisam aprofundar as discussões e os estudos sobre o tema da prática docente e

consequentemente da formação continuada. Percebe-se controvérsias nas respostas, o que significa que há concepções diferentes para um mesmo processo.

Foi possível constatar a necessidade da institucionalização da formação pedagógica para os docentes ao pesquisar sobre a avaliação da instituição, quando se verificou que a prática docente apresenta uma fragilidade, pois não está sendo suficiente para formar o/a estudante crítico/a e participativo/a. Outro fator destacado foi a metodologia de ensino dos/das docentes que precisa contemplar a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Na avaliação feita pelo próprio pessoal docente se percebe a valorização dada aos momentos de reuniões e de discussões desenvolvidas pela gestão dos *campi*. Portanto, a pesquisa aponta para uma necessidade de aprofundar as discussões e os estudos sobre o tema da prática docente e consequentemente da formação continuada, permitindo uma maior valorização do professor e da professora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 02 out 2019.

IFCE. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de autoavaliação institucional:** ano referência 2017: 1º relatório parcial. Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/arquivos/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-2017.pdf>>. Acesso em: 02 out 2019.

DIAS SOBRINHO, José. **QUALIDADE, AVALIAÇÃO: DO SINAES A ÍNDICES** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 13, núm. 3, novembro, 2008, p. 824. Universidade de Sorocaba. Sorocaba, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2191/219114874011/>> Acesso em: 24 maio 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 15. ed. São Paulo: Libertad Editora.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.